

“Evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro”: imprensa e memórias populares

Laura Antunes Maciel*

Resumo: Esta comunicação propõe uma reflexão sobre a diversidade de pequenas folhas editadas por trabalhadores e outros grupos que se afirmam publicamente por meio da imprensa no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Sugere questões para ampliar a compreensão desses periódicos destacando suas tentativas para elaborar outras leituras do passado, ‘reger’ seu presente e ‘descortinar’ um futuro. Busca, ainda, problematizar as razões da invisibilidade dos registros de dimensões significativas de sujeitos e memórias dissidentes, na história da imprensa brasileira.

Palavras-chave: imprensa popular, memória, poder

Abstract: This work proposes a reflection on the diversity of small paper published by workers and other groups that firms publicly itself trough the press in Rio de Janeiro, between the end of the 19th century and first decades of the 20th century. The study suggests questions to amplify the understanding of these journals highlighting their attempts to develop other readings of the past, 'govern' their present and 'reveal' a future. The work searches further questioning the reasons for the invisibility in the records of significant dimensions of subject and dissidents memories in the history of the Brazilian press.

Keywords: Popular press, Memory, Power

A intenção deste texto é explorar diferentes dimensões da imprensa popular publicada no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e XX, com objetivos, públicos, linguagens e perfis editoriais muito diversos mas que constituem evidências de um esforço comum, ainda que heterogêneo, de crítica, debate e embate que se define no interior e em tensão com a imprensa hegemônica. (Hall, 2003, p. 257) Sob essa definição agrupei desde aqueles periódicos que se apresentam como porta vozes de uma determinada organização ou de uma categoria específica de trabalhadores até folhas criadas no interior de múltiplas formas organizativas e discursivas – associações culturais, partidos, bairros e grêmios – que expressam múltiplos caminhos, lutas sociais diversas em busca pelo reconhecimento público de suas demandas. Portanto, imprensa popular remete para um universo amplo de periódicos que não podem ser agrupados sob características comuns a não ser pelo fato de reivindicarem em seus títulos ou subtítulos a busca de independência, da crítica, da liberdade ou resistência, evidenciando múltiplos espaços sociais onde novos sujeitos coletivos se constituem instituindo formas alternativas e dissidentes de conceber a natureza da relação social e forjando novas formas de intervir na realidade por meio da palavra impressa.

A reflexão formulada por Paoli sobre a atuação dos movimentos sociais dos anos 1980 e suas ações para construir “um mundo comum feito de experiências distintas de conflito e de

* Universidade Federal Fluminense, Doutora.

acordo — ousando, portanto, conferir-lhes legitimidade e reconhecendo-lhes o direito a inscreverem-se (como reivindicação e ação organizada) na política”, (Paoli, 1989, p.3) sugere pistas para olhar retrospectivamente as lutas sociais da passagem do século XIX para o XX: Acompanhando a reformulação da noção contemporânea de cidadania, Paoli afirma que ela expressa uma nova sensibilidade intelectual às práticas coletivas de movimentos sociais desenvolvidas ao longo de duas décadas, e formula a questão: “de que modo o ‘direito a conquistar o próprio direito à cidadania’ (Chauí, 1986) ou, em outros termos, o reconhecimento público do ‘direito a ter direitos’ (Arendt, 1979 e Lefort, 1986) pode se processar e se exteriorizar no domínio público de modo a conferir legitimidade e credibilidade às instituições políticas?” (Paoli, 1989 p. 43). É possível lançar a mesma questão para analisar a imprensa popular como parte de uma luta mais ampla em prol da ampliação e deslocamento do significado político liberal atribuído à cidadania (como o direito à representação pelo voto e às garantias e liberdades civis)? Ou seja, que nos permita avaliar a imprensa “não pelo importe das suas assinaturas [ou de suas tiragens e publicidades, poderíamos acrescentar], mas pelo número de direitos alcançados, de preconceitos banidos, de abusos esmagados”, como alguém defendeu nas páginas do *O Sapucaense* e o jornal *O Domingo*, órgão de trabalhadores no comércio, reproduziu em seu n. 26 de 14 de Julho de 1878.

Avançando nessa direção, a autora propõe que o trabalho de “decifrar uma sociedade que evitou colocar a questão da cidadania e da democratização diante da heterogeneidade de sua instituição social moderna implica em perceber, creio, o lugar que abriu para a representação de suas classes populares: figuras cujos traços e predicados são atribuídos a partir de critérios que discernem a validade e o escopo da dimensão pública que uma sociedade é capaz de elaborar. Quais eram estes critérios que presidiram a formação de uma sociedade de classes, ou seja, no interior de quais regras simbólicas se constituíram dominantes e dominados na hierarquia de desigualdades sociais republicana, urbana e industrial?” (Paoli, 1989, p. 44) Nesse sentido, procuro indagar sobre os múltiplos sentidos de criar periódicos e mantê-los como espaços públicos – de debate, questionamento e crítica – em uma sociedade “cuja experiência ampliada de participação civil inexistente e cuja noção de negociação política era (e ainda é) extremamente excludente”. Em que medida, uma leitura atenta dessa imprensa popular permite apreendê-la como espaço de formulação, expressão e reivindicação de novos direitos (e da consciência deles)?

Cabe indagar sobre momentos e caminhos possíveis para criar lugares de ação e representação populares em uma sociedade que buscava reduzir trabalhadores ou à condição

de “um povo imaturo, sem integração entre si e com o resto da sociedade, sem vocação para a universalidade e incapaz de solidariedade e de ação coletiva”, ou associados ao “*perigo* (...) quando, em seu protesto, formam a “ralé” e a “população” sem raízes culturais onde ancorar alguma legitimidade”? (Paoli, 1989, 45) Ou ainda, quando em sua ousadia apropriaram-se de códigos e linguagens de uso socialmente restrito para editar ‘pasquins’, ‘jornaizinhos’ ou ‘jornalecos’ “virulentos e violentos” e toda sorte de ‘sub-literatura’ subversiva? A linguagem pesada usada para descrever a imprensa produzida fora dos círculos restritos do poder ou dos letrados, sugere indícios de tensões e reações às iniciativas populares para constituir espaços autônomos de crítica, para desafiar consensos e buscar construir a legitimidade para suas ações e interesses. Rastrear as exigências legais para a criação de jornais e o policiamento ostensivo [inclusive jurídico] visando regular o exercício do direito à expressão fornecem indícios para compreender reações à ampliação dos espaços e fontes de informação. É significativo que o mesmo senador paulista Adolfo Gordo autor da lei de expulsão de estrangeiros – utilizada para reprimir lideranças dos movimentos de trabalhadores – seja também o proponente de uma lei para reprimir a atuação dos trabalhadores por meio da imprensa exatamente no momento de ascensão do movimento operário.

Orientada pelas questões formuladas por Kucinski sobre a atual configuração oligárquica da propriedade das empresas jornalísticas “que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa”, (Kucinski, 1998, p. 26) vale a pena indagar sobre quem eram os proprietários dos maiores jornais diários – *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *O País*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* – do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do XX. A partir de pesquisa sobre a origem familiar e a trajetória acadêmica de 21 homens arrolados como dirigentes dos jornais diários cariocas, Marialva Barbosa observou que, com exceção dos diretores de *O Paiz* e do *Jornal do Commercio*, todos os demais dirigentes eram formados em Direito e “oriundos de famílias abastadas, ligados aos grupos agrários dominantes (...) ou filhos de pais advogados, engenheiros e médicos, ocupando altos cargos na burocracia estatal”. (Barbosa, 2000, p. 66). Constatou também que 50% deles tiveram “papel destacado na burocracia oficial ou na política” (incluindo sete que se tornaram políticos), e afirma ser possível dizer que 100% desses homens de imprensa tinham “alguma ingerência junto ao poder, quer através de cargos efetivos, quer como intermediários de negócios”, tanto para empresas privadas quanto para o governo brasileiro. (Barbosa, 2000, p.69-70) Compartilhando uma mesma origem de classe e identificados ou ligados aos grupos dominantes na política e na vida econômica, estes homens constituíam-se como “porta-voz

dessas elites” quando não eram eles mesmos os proprietários de jornais que assumiam “o papel de divulgador[es] do pensamento desses grupos”. (Barbosa, 2000, p.69) Por essa razão, esses diários foram por ela qualificados como “os donos do Rio” pois eram capazes de “derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da população”. (Barbosa, 2000, p. 72)

Constituindo-se como lugar de articulações políticas das elites e de definição dos destinos do país podem, nesse sentido, ser compreendidos como instituintes de história. Vale indagar também sobre o poder e os limites do jornal diário na definição de uma agenda pública e na produção do consenso naquele momento. Em suma, esses jornais participavam ativamente do jogo de poder produzindo e difundindo consensos em torno de idéias, valores e interesses que davam sustentação aos poderosos. O testemunho atento e crítico do escritor Lima Barreto registrou o modo de atuação dessa “Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição”. (Barreto, 1916, p. 48) São bem conhecidas a origem da inspiração do escritor – análise da atuação de Edmundo Bittencourt o diretor do *Correio da Manhã* – bem como as questões que ele levanta sobre o poder de convencimento e o funcionamento do “mecanismo jornalístico” carioca, no qual jornalistas jogavam com as palavras “como um malabarismo vocabular”, criando ilusão e novidades, fazendo mágicas para convencer a população de que os diários eram, ao mesmo tempo, órgãos “do povo e dos sofredores, pesadelo dos Ministros, espada de Dâmocles suspensa sobre a tríade política e administrativa da República.” (Barreto, 1916, p. 53)

Regendo o presente

No entanto, minhas preocupações se dirigem para essa multidão apresentada como amorfa e estúpida, supostamente cega às maquinações da imprensa diária, para buscar suas lutas no terreno e com as mesmas armas escolhidas por essas elites: os jornais e a palavra impressa. Talvez agissem orientados pelas mesmas razões que motivaram Lima Barreto a escrever suas recordações (ou de Isaías Caminha?): em vez de ter acessos de ódio e rasgar as páginas de revistas e jornais que freqüentemente publicavam “multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento” resolveu ponderar que “verrinhas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé”. Por isso, o melhor caminho “seria *opor argumentos a argumentos*, pois se uns não destruíssem os outros, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido”. (“Barreto, 1916, “Breve notícia”) Poderia reunir inúmeras justificativas apresentadas por diversas folhas populares para sua razão de ser e

existir que confirmam intenção semelhante: "doutrinar as classes marítimas inferiores, para propugnar pelos seus direitos e pelos seus interesses" (*O Echo do Mar*); "advogar os interesses das classes trabalhadoras" (*Gazeta Operária*); constituir uma "tribuna onde poderá defender os seus direitos" (*O Caixeiro*); ser "o paladino da defesa coletiva dos direitos e dos interesses sociais" (*O Combate*); organizar "os espíritos para a luta" (*O Marmorista*); ser o "órgão dos interesses locais" (*O Santa-Cruzense*) ou "um jornal a serviço dos bairros" como destacava o subtítulo da *Folha Suburbana*; ou, ainda, defender "os nossos interesses, salvaguardando a nossa dignidade, e atacando energicamente aqueles que menosprezam os [nossos] direitos", como propunham os padeiros em *O Panificador*.

Porém é preciso ir adiante, buscando avaliar em que medida alguns desses jornais populares conseguiram se afirmar como lugar do dissenso e de crítica. Como afirma Kucinski "a não-sujeição ao consenso é considerada subversiva e ilegítima" alertando para uma particularidade da sociedade brasileira na qual o consenso é acordado previamente pelas classes proprietárias e imposto à mídia que, por sua vez, se encarrega de difundi-lo à sociedade; trata-se do que ele qualificou de "a ditadura do consenso" ou um consenso sem legitimidade (Kucinski, 1998, p. 19 e 22) Podemos avaliar as medidas de força para o cerceamento impostos às pequenas e combativas folhas editadas por trabalhadores como forma de exercício mesmo da política em uma sociedade que se pautava pela exclusão política extrema.

Nesse sentido, um caminho em aberto é a leitura dessas pequenas e combativas folhas para avaliar quais delas buscaram elaborar uma percepção popular da política e da sociedade. Quais delas pretenderam ou conseguiram 'reger' seu presente de forma autônoma como propunham trabalhadores do comércio em *O Caixeiro* em 1881. A análise da intensa atuação de trabalhadores por meio de folhas periódicas pode nos indicar caminhos possíveis para a construção de uma esfera pública em uma sociedade recém saída da escravidão e pouco afeita aos valores democráticos, na qual o controle sobre o letramento e a imprensa funcionaram como sólidos obstáculos à ampliação de direitos, dentre eles o de debater idéias, expressá-las e canalizar opiniões e vontades. Investir na constituição de canais para expressar e debater idéias, valores, projetos, reivindicações nos permitem compreendê-los como sujeitos de ação coletiva capazes de constituir campos de atuação pública por meio da palavra impressa. É preciso relativizar falas e testemunhos que reiteradamente definem esses sujeitos como desqualificados, incapazes de conferir legitimidade às suas lutas e reivindicações e, mais do que isso, de gerar a compreensão de novos direitos sociais – o direito ao trabalho; direito à remuneração digna; direito à associação e à livre expressão, entre outros – e de constituir

novas estratégias de luta para conquistá-los. A atuação de moradores em subúrbios *na e por* meio de inúmeros jornais e revistas não indica o reconhecimento da imprensa como campo privilegiado de luta e como estratégia para ampliação de suas forças dispersas por bairros distantes e isolados uns dos outros? Ao investir na criação e manutenção de folhas diversas e plurais não estariam constituindo lugares de produção de um outro horizonte de possibilidades interpretativas para suas próprias vidas, trabalhos e formas de inserção social e política? A publicação recorrente de artigos, poemas, relatórios de assembleias, informes de greves, não se constitui como parte de um esforço mais amplo para elaborar “a categoria de *dignidade* como o centro da condição proletária e, através dela, costurar os traços comuns” (Paoli, 1989, p. 48) entre trabalhadores de um mesmo ofício, e destes com outros trabalhadores? Ou, ainda, jornais com opções ideológicas diversas e graus diferentes de engajamento no movimento de trabalhadores não podem ter se constituído como instrumento para formular e construir coletivamente o reconhecimento social e público da sua condição de trabalhadores? Alguns deles se empenharam para formular a compreensão de um “nós” que congregaria “todos os operários, sejam de que classe forem” que aos poucos tomavam consciência e alegavam “motivos que essa gente [industriais e jornalistas] nunca acham que sejam justos”, nas palavras de um marmorista nas páginas de seu órgão de classe. (*O Marmorista*, 1 de Janeiro de 1907, p. 2) As mesmas questões valem para a chamada ‘imprensa suburbana’ que ao reivindicar serviços urbanos básicos, escolas, transporte, elaboravam a compreensão de um tratamento desigual em relação aos moradores de outros pedaços da cidade: “enquanto a renda da Prefeitura é empregada em melhoramentos na zona urbana e nos arrabaldes *chics* os subúrbios vivem no mais completo abandono”, denunciava a *Gazeta Suburbana* editada em Todos os Santos em 1910. Ou como lembravam os redatores do *Echo Suburbano*, de Madureira: “o povo, os proprietários e comerciantes suburbanos pagam iguais direitos à municipalidade que os seus colegas do centro da cidade. E enquanto os da cidade têm para seu uso e gozo – água, esgotos locomoção, ruas calçadas... – os dos subúrbios nada têm em seu benefício. E é lamentável essa desigualdade aviltante num governo republicano...”.

Numa sociedade “onde o campo de luta principal parece ser o dos direitos de reconhecimento, representação e negociação dos trabalhadores como classe, cujas alternativas institucionais de controle e de consenso têm que se dar sobre uma outra figuração da vida popular e de sua presença”(Paoli, p. 48-9), o protagonismo dos trabalhadores na criação e manutenção de jornais pode indicar alguns dos percursos (e os muitos entraves) à constituição de um espaço de negociação política entre trabalhadores e patrões e entre trabalhadores e o Estado. Nesse sentido, podemos compreender a reconhecida militância em periódicos como

criação de outros canais de ação política, negociação e pressão não apenas nas questões relativas ao trabalho – ao lado de greves, piquetes, comícios e outras formas de lutas – mas, também, para encaminhar reivindicações mais amplas que remetem para a participação política popular naquele período. Ou seja, das múltiplas apostas de trabalhadores constituírem um canal de representação pública autônoma; de formularem temas e bandeiras próprias e de elaborarem uma linguagem comum. A militância no jornalismo e por meio dele parece-me ter constituído uma das opções de auto-organização e formação de um movimento autônomo de trabalhadores, pelo menos para aqueles que mantiveram uma prática próxima do cotidiano das categorias que buscavam representar. Os jornais publicados nos bairros oferecem evidências de, em diversos momentos, ter sido possível a intersecção de diferentes lutas sociais, seja articulando interesses comuns em torno de aluguéis, transportes, custo de alimentos, seja quando permitem visualizar alguns moradores, como Pinto Machado, que transitava entre diversas frentes: republicano, morador da zona do Riachuelo, “socialista, ex-operário envolvido muitos anos em questões do movimento”, redator da seção ‘subúrbios’ de *A Tribuna*, diretor do semanário *Echo Subrubano* de Madureira, “antigo colaborador do *O Subúrbio*” e em “várias revistas” além de “correspondente de vários jornais do interior e exterior” e “o mais popular dos repórteres suburbanos” (*Almanack Suburbano*, 1912, p. 129)

Evocar o passado para descortinar o futuro?

Em outra direção, cabe refletir sobre sentidos e motivações dessas folhas populares quando se propõem ‘evocar’ o passado ou, em outras palavras, as maneiras pelas quais elaboram sentidos do passado indagando se elas estavam ‘de acordo’ com o “campo de representações públicas da história”. (Grupo Memória Popular, 2004, p. 284) Quero avaliar se a criação e manutenção de uma cultura potencialmente autônoma se fazia por meio do recurso ao passado, atualizado cotidianamente, e à tradição compartilhada não apenas em termos de condições de trabalho e sobrevivência partilhados mas também de valores, concepções e expectativas de direitos. Nessa direção, importa buscar evidências de qual passado esses sujeitos querem lembrar e fixar. São outros temas e experiências ou é uma re-interpretação que se coloca ao lado, e em disputa, com versões que se pretendem únicas e verdadeiras? As repetidas referências ao 13 de maio, comemoradas a cada ano, nem sempre compartilham a interpretação corrente que atribui aos brancos e aos grandes homens da pátria a conquista da liberdade e a “emancipação do homem de cor”. Para alguém que assina François Seul no *Brazil Operário* esta era “a data mais digna e tradicional do socialismo brasileiro”, e oferece

indício de um esforço mais amplo para criar novos significados e fixar outras interpretações e memórias naquela conjuntura.

Se “toda atividade política é intrinsecamente um processo de argumentação e definição histórica, [e] que todos os programas políticos envolvem tanto alguma construção do passado quanto do futuro” (Grupo Memória Popular, 2004, p. 287) podemos indagar sobre os sentidos possíveis das colunas e seções destinadas a sistematizar uma memória das lutas e experiências populares. Em alguns jornais como *O echo do Mar* (1909) essa preocupação se expressa de forma contraditória pois há seções que propõem registrar a história das associações de classe de estivadores, marinheiros, remadores e fogueiros, registrando suas lutas e mobilizações mas também outras que visam reunir "Apontamentos para a História da Marinha Mercante Brasileira", ocupando toda a parte inferior das páginas a cada edição. Segundo seus redatores, era intenção “trabalhar para manter as glórias marítimas do passado, que serviriam de exemplo para doutrinar o presente”, entre as quais incluíam, por exemplo, a batalha naval do Riachuelo. Evidências que apontam para a força da memória hegemônica no interior – e ao lado – de outras memórias alternativas e dissidentes.

Outras seções ou textos avulsos publicados em quase todos os jornais de trabalhadores destinavam-se a lembrar as suas datas festivas desde aquelas comuns a todas as categorias – como o 1º de maio – como um momento para lembrar [e reafirmar] as lutas e conquistas. Por outro lado, elas oferecem inúmeros exemplos de esforços no sentido de estimular a comemoração de outras datas como os aniversários de fundação das associações e dos próprios jornais, organizando festas e atos comemorativos diversos. Relembrados a cada ano, o ato de criação, as fusões, recriações e outras datas especiais dos órgãos de representação desses trabalhadores, constituíam ocasião para saudar os fundadores, estabelecer marcos e acontecimentos a serem preservados na memória do grupo, estimulando um olhar seletivo para o passado capaz de alavancar a luta por sua afirmação no presente e o ‘descortinar’ do futuro. Alguns dos periódicos publicados nos bairros também investiram significativamente na preservação de informações biográficas de pessoas envolvidas na conquista de ‘melhoramentos’ para os subúrbios, dos inúmeros talentos existentes nos subúrbios e, também, da memória da própria “imprensa nos subúrbios” como faz o *Almanack Suburbano*.

Não se trata apenas de lembrar o passado mas de por meio dele reunir forças para olhar à frente, revelando outros horizontes de lutas. Ou, como afirmou M. Trindade em artigo comemorativo ao 1º de maio enviado ao *Brazil Operário* em 1903: “caberia aos operários, reivindicar o reconhecimento de sua posição, bem como continuar lutando por mais conquistas”.

Na mesma direção, podemos compreender as seções que reúnem e sistematizam informações sobre atas de reuniões e assembleias, relatórios e pequenas notas sobre suas organizações como iniciativas que visam não só conquistar o reconhecimento público para suas formas de representação coletiva como, também, preservar memórias de suas iniciativas e realizações, suas lutas e conquistas, destacando companheiros do presente e do passado. Ao constituírem uma ampla e intensa rede de comunicação eles não só articulavam diferentes associações, sindicatos e periódicos diversos por meio dela, como parecem apostar na possibilidade de constituir memórias alternativas e, acima de tudo, de documentá-las e produzir registros escritos que preservassem as ações e conquistas de inúmeros trabalhadores na cidade.

Considerando que a memória desempenha papel crucial no interior dos mecanismos de poder e se explicita também nas disputas em torno de quais experiências sociais são dignas de integrar, com legitimidade, um passado comum e de compor o acervo historiográfico a partir do qual é possível ampliar e alterar a interpretação histórica e política da sociedade, uma outra ordem de questões diz respeito aos diferentes sentidos dos esforços para desorganização dessa memória popular. Cabe indagar sobre as dificuldades para a localização e consulta às bases empíricas da memória popular no interior de instituições de pesquisa e de preservação do patrimônio cultural e ao modo como elas reforçam esse apagamento das marcas de presença de sujeitos socialmente marginalizados, dispersando e atomizando as referências sobre elas.

Um exemplo apenas está no levantamento realizado, em 1980 pela ABI, que identificou a existência de pelo menos 800 publicações periódicas no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1920, dentre os quais destacaram os 19 jornais diários existentes ao final da década. Porém, nem uma linha sobre as centenas de jornais editados por trabalhadores, moradores dos subúrbios ou associações culturais diversas na cidade. (ABI, 1980)

O mesmo silêncio sobre essa intensa produção periódica popular se verifica nos primeiros estudos, memórias e nos esforços para a construção de uma história da imprensa brasileira desde pelo menos os festejos do seu centenário em 1908. É o caso da memória elaborada para abrir as comemorações dos 100 anos da imprensa brasileira, publicada por Alfredo de Carvalho com o título de “Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil”. Os mesmos critérios de seleção ficariam evidentes na Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Imprensa no Brasil, montada no interior da Exposição Nacional de 1908, que conseguiu reunir 25000 jornais publicados em todo o país, mas que não incorporou sequer um exemplar das centenas de folhas populares editados país afora. Por certo, elas não se coadunavam com o espírito das comemorações projetadas para marcar a passagem dos cem

anos da “abertura dos portos às nações amigas” e, menos ainda, às homenagens aos pais fundadores da imprensa brasileira. Os mesmos que, com anos depois, causaram tanto dificuldades. Nem mesmo o Catálogo organizado e publicado por iniciativa do IHGB, com ajuda de diversos colaboradores em todo o país, que pretendia reunir informações sobre os jornais e revistas que circularam no Brasil naqueles primeiros cem anos como parte dos festejos do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, mencionou essa imprensa popular. Evidentemente, não se trata de esquecimentos involuntários de seus autores o que nos remete para questões em torno da seletividade da memória e das histórias produzidas sob os auspícios de instituições como o IHGB, no passado, e da ABI, no presente. O que querem dizer esses esquecimentos e omissões? O que eles revelam dos critérios políticos que pautam o lembrar e esquecer em nossa sociedade? Em que medida essa omissão expressa uma resistência em encarar os produtores dessa imprensa como ‘sujeitos de sua própria história’?

Transformadas em fontes com as quais se buscou construir a história da imprensa brasileira, no singular, essas obras de referência não só orientariam os passos de outros estudiosos – desde Max Fleiuss, autor de outra memória organizada por ocasião das comemorações do centenário da Independência – como forneceria os parâmetros para seleção de títulos, organização e classificação de coleções em instituições como a Biblioteca Nacional. Enquanto a imprensa diária ou semanal aparece reunida e indexada sob a rubrica de ‘grande imprensa’ ou por seus títulos, as referências sobre imprensa popular são diluídas em vários descritores: ‘imprensa de bairros’, ‘imprensa operária’, ‘imprensa carnavalesca’,...

Nesse sentido, na esteira do silêncio ostensivo sobre a ação e disseminação de periódicos populares, produzido por estudiosos da imprensa desde os primeiros anos do século XX, arquivos e centros de preservação da memória nacional também podem contribuir para tornar ainda menos audível o que sobrou dessa memória popular, alternativa e dissidente.

BIBLIOGRAFIA

- ABI. Centro de Pesquisa e Memória do Jornalismo Brasileiro. *A imprensa na década de 20*. Rio de Janeiro, ABI/Finep, 1980.
- ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro, Documentário, 1979.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Garnier, 1909.
- CARVALHO, Alfredo de. “Gênese e Progressos da Imprensa periódica no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1908. 2t.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FLEIUSS, Max. “Prólogo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, promovida pelo mesmo Instituto. Parte I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

FLEIUSS, Max. *A imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, 1922.

Grupo Memória Popular. “Memória popular: teoria, política, método”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004.

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/Brasília, Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

KUCISKI, Bernardo. *Síndrome da Antena Parabólica*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEFORT, Claude. *Essais sur le politique*. Paris, Editions du Seuil, 1986.

PAOLI, Maria Célia. “Trabalhadores e cidadania: Experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. São Paulo, *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.3, n. 7, set.-dez. 1989.